

Sobre as Causas do Atraso Nacional

Joaquim Jorge Veiginha*

«Deus», «Pátria», «Autoridade» e «Família» eram os lemas recorrentes do livro da primeira classe do chamado ensino primário do Estado Salazarista. Partindo deste lema, Fernando Pereira Marques inicia um fascinante périplo sobre as causas do atraso nacional. O lema sintetizava a negação da democracia, a subserviência perante os poderes constituídos – «respeita teus pais, chefes e superiores», como prescrevia o decálogo do «bom filiado» da Mocidade Portuguesa – a ausência de espírito crítico, a renúncia ao pluralismo e o culto das pré-noções ou das verdades pré-estabelecidas.

Eis algumas das causas – e não são poucas – do atraso nacional que Fernando Pereira Marques dissecava com rigor. Mas o autor vai mais longe procurando as raízes deste atraso na história nacional e desmistificando o endeusamento das pretensas «glórias» passadas. A tese central é que as causas do atraso nacional estão indissociavelmente ligadas ao bloqueamento do processo de modernização. Este processo caracteriza-se, no plano económico, pelo avanço da industrialização e da urbanização, no plano político, pelo desenvolvimento da democratização e pela racionalização da autoridade e da administração e, no plano ideológico, pela secularização e laicização das condutas.

Olhando retrospectivamente a história do país, Fernando Pereira Marques conclui, em *Sobre as Causas do Atraso Nacional* (Coisas de

* Ensaísta

Ler, 2010), que todos estes sustentáculos da modernidade foram durante muito tempo anatemizados e sufocados pelos conservadorismos vigentes e quando começaram a despontar já vinham, por assim dizer, contaminados pelos atavismos e preconceitos dominantes que nunca foram completamente erradicados. Assim, ao contrário do que aconteceu na Holanda e na Grã-Bretanha, os Descobrimentos – figura mítica das «glórias» passadas – não desencadearam um processo de desenvolvimento industrial e todas as tentativas que no século XVIII tentaram remar contra a maré – o caso da tentativa do Conde da Ericeira de criar uma indústria têxtil nacional e a política mercantilista do Marquês de Pombal – foram votadas ao fracasso, transformando-se Portugal numa colónia do Reino Unido. A nível político, destaca-se o atraso das revoluções liberais que foram, fundamentalmente, «revoluções passivas», no sentido gramsciano do termo, já que não envolveram as classes populares, mas fundamentalmente o exército, bem como a componente teocrática do poder e a relação clientelar entre as classes possuidoras e o Estado, com os seus fenómenos de corrupção e promiscuidade entre a esfera pública e a esfera privada. Por fim, no plano ideológico, Fernando Pereira Marques sublinha a «mania nobiliárquica», com o seu culto das aparências e das despesas ostentatórias, e a «repugnância pelo trabalho» que lhe está indissociavelmente associada.

Importa refletir sobre algumas destas causas. Destacamos, antes de tudo, o fenómeno emblemático da «repugnância pelo trabalho» com raízes históricas profundas e que se projetou no futuro. Este fenómeno é fruto de um modelo de acumulação «improdutivo» centrado no expansionismo militar que se combina com o tráfico negreiro e com o domínio da ideologia da Contra-Reforma, do catolicismo tridentino, cuja expressão máxima é, tanto em Portugal, como em Espanha, a Inquisição, principal obstáculo ideológico à formação de uma ética virada para a «vida ativa».

Já o Maquiavel do *Discurso Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, obra menos conhecida do que *O Príncipe*, mas muito mais elaborada, atribuía ao catolicismo tradicional a responsabilidade pela fragmentação da Itália numa miríade de principados mutuamente exclusivos que impediu a unidade nacional. No caso português, a influência do catolicismo tridentino tem enormes responsabilidades na despolitização da população, no incivismo e na aliança, primeiro, com os poderes nobiliárquicos, depois, já no século XX, com o salazarismo, com o seu culto

da resignação perante a pobreza e do conformismo perante a ordem política que, por ser dominante neste mundo do «aquém», era, se não a única «legítima», pelo menos, a única «possível». O reino da «consciência infeliz» do cristão – para utilizar uma figura da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel – não pertencia a este «vale de lágrimas», para utilizar uma expressão da mitologia fadista nacional.

Sociólogo de formação, Fernando Pereira Marques dedica particular atenção ao facto de não se ter formado uma ética que valorizasse o trabalho e a acumulação de capital centrada não numa estéril poupança entesouradora, de que o célebre Harpagnon de Molière é a personagem mais representativa, mas numa poupança «produtiva», ou seja, orientada para o investimento privado da riqueza criada pelo trabalho social. O autor atribui esta nova atitude perante a riqueza à formação de uma ética protestante, sobretudo na sua versão calvinista, embora admita que esta não pode ser descontextualizada, mas estudada na sua relação com outros fatores sociais e económicos. No entanto, a formação desta mentalidade, embora com uma influência predominantemente protestante – veja-se, por exemplo, o Locke do *Segundo Tratado Sobre o Governo* e o Adam Smith da *Riqueza das Nações* –, não é, como pensava Weber, um exclusivo do protestantismo calvinista. Já o «católico» Turgot, efémero «*contrôleur général des finances*» de Luís XVI, nas suas *Reflexões Sobre a Formação e Distribuição das Riquezas*, publicadas em 1766, defendia de forma laica, completamente libertada da «canga» teocrática calvinista, o novo modelo de acumulação que fundaria a «prosperidade» e «riqueza» das nações no século da Revolução Francesa e da Revolução Industrial britânica.

A «mania nobiliárquica» foi outro fenómeno que deixou raízes profundas no país. Esta caracteriza-se sobretudo pelo «culto das aparências», pela «necessidade de parecer o que não se é, ou de ilusoriamente se ascender através da aparência, da imagem exibida» que afeta «todas as classes e estratos sociais» (p. 72). A ostentação e as despesas espantosas são, indubitavelmente, a sua manifestação mais imediata. Mas Fernando Pereira Marques não se esquece de sublinhar dois aspetos mais profundos que se escondem sob as aparências superficiais. O primeiro é o processo em que as próprias classes burguesas após a conquista da independência económica aspiram a «afidalgar-se», retirando-se da vida ativa, através da compra de títulos nobiliárquicos, fenómeno que «contaminou» a própria monarquia liberal do

século XIX. O segundo é, no plano privado, a «exibição de um *status* que, frequentemente, não correspondia sequer aos meios que de facto se possuía» (p. 69) e, no plano socioeconómico, a formação de uma economia parasitária, «rentista», que bloqueou o desenvolvimento de práticas produtivas empreendedoras, bem como uma dinâmica autosustentada de inovação tecnológica.

Fernando Pereira Marques não se esquece de demonstrar que estas causas do atraso nacional deixaram uma pesada hipoteca no nosso presente histórico. Assim, Portugal, apesar dos milhões de fundos estruturais e de ambiciosos programas de desenvolvimento continua na cauda da Europa. Embora o autor não o refira, pois o *timing* do seu ensaio não lho permitiu, a atual crise que o país atravessa é fruto de um modelo económico que vive acima dos meios que podem sustentá-lo, um modelo construído na década 1986-1995 – que foi a verdadeira «década perdida» –, centrado no betão, em que a construção civil, setor de mão de obra precária, pouco qualificada e mal paga, é responsável por mais de metade do investimento total e em que o aumento da procura interna está fortemente dependente tanto de importações de elevado conteúdo tecnológico, como de bens de primeira necessidade. Mas isto paga-se por uma forte dependência do exterior que tem como principal consequência, no plano económico, um agravamento do endividamento externo, que já supera os 100% do PIB, e, no plano sociológico, um processo de proliferação e infantilização promovido pela difusão de *gadgets* tecnológicos, consumidos insaciavelmente tanto pelos «miúdos pequenos» como pelos «miúdos grandes». Eis como a pretensa «vocação europeia» de Portugal, insistentemente trompeteada por alguns, acaba por poder ser comparada – se tivermos em conta os hábitos consumistas insustentáveis de uma parte significativa da população portuguesa – com a fascinação dos selvagens perante as contas de vidro exibidas pelos colonizadores de outrora.

Neste contexto social, que continua prenhe de atavismos herdados de um passado de glórias mais efémeras que um «fogo de palha», retornam as «velhas maleitas» da (in)cultura nacional, de que se destacam – refere Fernando Pereira Marques – «a exaltação patrioteira – nos dias de hoje, sinal dos tempos, fomentada sobretudo pelo futebol –, o obscurantismo religioso – Fátima – e, sob capas mais ou menos atualizadas, o saudosismo, o sebastianismo e o fatalismo fadista» (p. 25). Embora as «heranças» do passado não possam ser consideradas

- 156 como as únicas causas do atraso nacional trinta e cinco anos após a revolução democrática do 25 de Abril de 1974, legaram-nos, de facto, uma espécie de «código genético» sociológico ou, para utilizar a expressão de Fernando Pereira Marques, um *habitus* (ver nota 1 da p. 23) que continua desgraçadamente a contribuir para os grandes «défices» do «devir» nacional: «Portugal ficou aquém do necessário quanto à qualidade da educação e do ensino das novas gerações; não conseguiu enraizar os valores da cidadania nas mentes e nas vontades dos portugueses que continuam, salazaristicamente, desconfiando da «política», olhada como algo de exterior e distante; não soube fazer em profundidade a sua renovação cultural» (p. 25).